



# Informativo TSE

Informativo TSE - Ano III - Nº 39

Brasília, 26 de novembro a 2 de dezembro de 2001

## SESSÃO PÚBLICA

**Anulação de eleição municipal. Fotografia. Não-aparição. Pedido de perícia de urnas. Falta de impugnação no momento da votação. Preclusão. Carga de urnas. Votos nulos. Totais coincidentes. Quebra de sigilo do voto. Relatório do log das urnas. Dificuldade na obtenção. Análise de documento. Impossibilidade.**

A ausência de aparição da fotografia do candidato na urna eletrônica pode ser alegada no momento da carga das urnas, nos termos do art. 9º da Resolução-TSE nº 20.565/2000. Como constitui problema na votação, deve ter ficado consignado na ata da seção sob pena de preclusão. Impugnação necessária. A coincidência de totais de votos nulos em seções eleitorais não constitui, por si só, indício de fraude ou mesmo de eventual problema no sistema das urnas, sendo necessária a demonstração de destoância com a média geral da zona ou município. As dificuldades e atrasos na obtenção dos resultados da eleição não justificam a falta de oportuna impugnação, não afastando a preclusão quanto à necessidade de perícia para a verificação da existência da fotografia do candidato. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo. Unânime.

*Agravo de Instrumento nº 2.943/SP, rel. Min. Fernando Neves, em 22.11.2001.*

**Agravo de instrumento. Prefeito falecido antes dos seis meses que antecederam o pleito. Candidaturas de cunhada e irmão aos cargos de prefeito e vice-prefeito. Elegibilidade. Interpretação dos §§ 5º e 7º, art. 14, da Constituição Federal.**

Subsistindo a possibilidade da reeleição do prefeito, para o período subsequente, seus parentes podem concorrer a qualquer cargo eletivo na mesma base territorial, desde que ocorra o falecimento ou afastamento definitivo do titular até seis meses antes das eleições. Hipótese em que o próprio titular poderia concorrer ao mesmo cargo, no pleito seguinte, não fosse seu falecimento no segundo mandato, sendo legítimas as candidaturas da cunhada e do irmão aos cargos de prefeito e vice-prefeito. Nesse entendimento, a Corte deu provimento ao agravo de instrumento. Unânime.

*Agravo de Instrumento nº 3.043/BA, rel. Min. Garcia Vieira, em 27.11.2001.*

**Presidente da Câmara Municipal. Substituição de prefeito. Candidatura a vereador. Ausência de desincompatibilização. Inelegibilidade.**

O presidente da Câmara Municipal que substitui ou sucede prefeito nos seis meses anteriores à eleição torna-se inelegível para o cargo de vereador. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

*Agravo Regimental nº 16.813/SP, rel. Min. Garcia Vieira, em 27.11.2001.*

**Agravo regimental. Decisão de relator do TRE que concedeu liminar para suspender a incidência do desconto previdenciário sobre o adicional de férias e horas extras e demais parcelas não incorporáveis ao vencimento. Pedido de suspensão de eficácia de liminar deferida.**

Em processo de suspensão de segurança não se examinam as questões da causa em que deferida a segurança ou a liminar, mas, apenas, se ocorre, com tal deferimento, hipótese de risco de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública. Precedentes do STF. Impetrações dessa natureza, em cascata, denominadas de “efeito multiplicador” são aptas a caracterizar “grave lesão à ordem e economia públicas”, requisito necessário ao deferimento de pedidos de suspensão dos efeitos de decisões. Precedentes do STF e TSE. Decisão agravada que se mantém por seus próprios fundamentos. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento a agravo regimental. Unânime.

*Agravo Regimental na Suspensão de Liminar nº 32/AM, rel. Min. Nelson Jobim, em 27.11.2001.*

**Exceção de impedimento e suspeição. Fundada nos arts. 134, VI e 135, I e V, do CPC. Procedimento regular. Arguição rejeitada.**

Manifestamente infundada a exceção, rejeita-se a arguição. Referente ao ELT nº 271. Nesse entendimento, o Tribunal julgou improcedente a exceção. Unânime.

*Exceção de Suspeição nº 15/MT, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, em 27.11.2001.*

**Direitos eleitoral e processual. Recurso especial. Representação assinada pelo presidente do partido. Ratificação. Advogado. Arquivamento de procuração no cartório eleitoral. Suprimento. Art. 13 do CPC. Nulidades. Processo contemporâneo. Hermeneutica. Recurso provido.**

A jurisprudência da Corte tem firme entendimento no sentido da imprescindibilidade da representação ser assinada por advogado, regularmente inscrito na Ordem, sob pena de ser o feito extinto sem julgamento do mérito, por violação do art. 133 da Constituição Federal. Constituído advogado com procuração arquivada no cartório, desnecessária a juntada do instru-

mento nos autos. Na hipótese de inexistência de procuração, nas instâncias ordinárias, incide a regra do art. 13 do CPC, também aplicável em se tratando de capacidade postulatória. A mitigação do rigor formal em prol da finalidade é critério que se impõe por imperativo da missão constitucional desta Corte e observância aos métodos de exegese que devem nortear a conduta do hermeneuta. O atual sistema processual prestigia o aproveitamento, sempre que possível, dos atos processuais. Nesse entendimento, o Tribunal conheceu do recurso e deu-lhe provimento. Unânime.

*Recurso Especial Eleitoral nº 19.526/MG, rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, em 27.11.2001.*

## SESSÃO ADMINISTRATIVA

**Formação de coligação. Eleições proporcionais. Eleições majoritárias.**

Os partidos podem coligar-se só para as eleições proporcionais, só para as majoritárias ou, ainda, para ambas. Existente coligação majoritária, não é admissível a inclusão, na coligação proporcional, de partidos estranhos à coligação majoritária (precedente: Resolução do TSE nº 20.126, de 12.3.98, rel. Min. Néri da Silveira). Nesse entendimento, o Tribunal respondeu a consulta positivamente. Unânime.

*Consulta nº 738/DF, rel. Min. Ellen Gracie, em 27.11.2001.*

**Direito eleitoral. Urna eletrônica. Irregularidades. Auditoria. Verificação de sistema de votação. Impossibilidade após ultrapassado o período próprio. Requerimento indeferido.**

Não há como acolher-se denúncia de irregularidades no sistema de captação eletrônica de votos quando desprovida de qualquer evidência concreta. Intem-

pestivo mostra-se o pedido de auditoria no sistema eletrônico de votação após o prazo para recurso contra o sistema de computador estabelecido no calendário eleitoral. Nesse entendimento, a Corte indeferiu o pedido. Unânime.

*Petição nº 1.021/DF, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, em 27.11.2001.*

**Propaganda partidária estadual em bloco. Veiculação com conteúdo diferenciado para cada unidade da Federação. Impossibilidade. Art. 46 e parágrafos da Lei nº 9.096/95.**

A propaganda partidária estadual em bloco deve ser veiculada em cadeia, o que implica sua transmissão simultânea por diversas emissoras interligadas em rede e inviabiliza a pretensão de transmitir a propaganda com conteúdo diferenciado para cada unidade da Federação. Nesse entendimento, a Corte indeferiu o pedido do partido. Unânime.

*Petição nº 1.052/DF, rel. Min. Ellen Gracie, em 27.11.2001.*

## DESTAQUE

**ACÓRDÃO Nº 19.340, DE 23.8.2001  
RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 19.340/RJ  
RELATOR: MINISTRO FERNANDO NEVES**

**Propaganda eleitoral irregular. Galhardete. Postes de sinalização de trânsito. Art. 37 da Lei nº 9.504/97. Vedação. Multa. Notificação. Prévio conhecimento. Configuração.**

1. Após a notificação do candidato para retirada de propaganda eleitoral, não pode esse alegar falta de conhecimento sobre a existência da referida propaganda. A inércia do beneficiário possibilita que a ele se aplique a sanção correspondente. Não-incidência, nes-

te caso, do entendimento consolidado na Súmula-TSE nº 17.

2. A colocação de propaganda eleitoral em placa ou sinal de trânsito é vedada, uma vez que não incluída nas ressalvas de licitude do art. 37 da Lei nº 9.504/97, que são taxativas e não exemplificativas.

**Recurso especial não conhecido.**

Vistos, etc.,

Acordam os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos das notas taquigráficas, que ficam fazendo parte integrante desta decisão.

Sala de Sessões do Tribunal Superior Eleitoral.  
Brasília, 23 de agosto de 2001.

Ministro NELSON JOBIM, presidente – Ministro  
FERNANDO NEVES, relator.

## RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO FERNANDO NEVES: Senhor Presidente, o egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro confirmou sentença que julgou procedente representação contra César Eptácio Maia e Luiz Antônio Guaraná, condenando cada um ao pagamento de multa de 5.000 Ufirs, por fixação de galhardete em poste público de sinalização de trânsito, com infringência do art. 37 da Lei nº 9.504/97.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados às fls. 83-87.

Irresignado, César Maia, candidato a prefeito, interpôs recurso especial no qual alega que o acórdão regional violou os arts. 37 e 41 da Lei nº 9.504/97, bem como o art. 10, § 1º, da Resolução-TSE nº 20.562/2000, que somente vedaria a fixação de propaganda em postes que serviriam de suporte a semáforos, o que não era o caso dos autos.

Aduz que a multa aplicada constitui sanção administrativa e que, como tal, deve obedecer ao princípio da reserva legal, traçado pelo art. 5º, II, da Constituição Federal. Assim, como não existiria, à época dos fatos, vedação para a afixação de propaganda em postes que eventualmente contivessem placas de trânsito, a sanção não poderia ser aplicada. Afirmar que foi posterior à Portaria nº 1/2000, baixada pelo juiz fiscal da propaganda, na qual estava explícito que os candidatos à eleição proporcional não poderiam afixar propaganda em poste que fosse suporte de sinalização de trânsito. Em sua defesa, transcreve trecho do acórdão recorrido, em que consta o voto vencido do des. Luiz Carlos Guimarães (fl. 94):

“(…)

A lei permite a colocação de propaganda em poste de iluminação pública, desde que, tal não seja empecilho ao bom andamento do trânsito, etc. A resolução vem e impede a colocação de propaganda política em postes que sejam suportes de semáforo.

O que é um semáforo? O semáforo é um sinal de iluminação pública. São sinais luminosos.

Observa-se que a lei prevê um tipo de proibição e a resolução prevê outro. Ambas as atuações dos candidatos são proibidas.

Criou-se, a meu ver, uma confusão pelo Tribunal Superior Eleitoral ao colocar a palavra semáforo na resolução.

Bastava a repetição do dispositivo da Lei nº 9.504/97. Isto causa perplexidade tanto a nós, julgadores, como aos candidatos.

Talvez, o Sr. César Maia, o Sr. Brizola e o Sr. Conde coloquem propagandas políticas embaixo de placas onde contenham sinais de trânsito do tipo: ‘pare’ ou ‘proibido parar’ ou ‘80km’. Estas atitudes, evidentemente, prejudicam o bom andamento do trânsito.

*Agora, era vedada esta atuação, era vedada a outra atuação? Era só em semáforo? Não era só em semáforo?*

*Tenho dúvidas. Acredito que, se fosse candidato, teria as mesmas dúvidas com relação a que providências adotar na colocação de propaganda política em postes luminosos ou em postes de suporte de semáforos, como determina a resolução. Só passaria a não ter dúvidas após a portaria do responsável pela propaganda eleitoral, a qual deverá ser publicada na segunda-feira (...).”*

Afirma, também, que não teria havido qualquer dano a bem público nem dificuldade ou embaraço ao trânsito.

Prossegue, argumentando que a propaganda era de responsabilidade do candidato a vereador, Luiz Antônio Guaraná, o qual fez constar o nome do recorrente no material publicitário sem seu conhecimento. Aduz que a jurisprudência é pacífica quanto à exigência de prova do prévio conhecimento da propaganda irregular. Assevera, ainda, que o fato de o candidato ter sido notificado para retirada da propaganda, no prazo de 24 horas, não supriria a comprovação da prévia ciência, pois, a seu ver, seria impossível o controle total do município em vinte e quatro horas.

O ilustre presidente do TRE/RJ negou seguimento ao recurso especial, às fls. 124-126, por inépcia do apelo e por ausência de prequestionamento. Consignou, ainda, que, na decisão recorrida, a legislação eleitoral teria sido interpretada sistematicamente com o Código Nacional de Trânsito, o qual proíbe a afixação de qualquer tipo de publicidade em sinalização de trânsito.

Por despacho, dei provimento ao agravo manifestado contra tal decisão, para melhor exame da questão.

Não houve contra-razões.

Nessa instância, o Ministério Público Eleitoral opinou pelo não-conhecimento do recurso (fls. 170-173). É o relatório.

## VOTO

O SENHOR MINISTRO FERNANDO NEVES (relator): Sr. Presidente, não assiste razão ao recorrente



quanto à impossibilidade de se impor a multa, por infringência do art. 37 da Lei nº 9.504/97, tendo em vista a ausência de seu prévio conhecimento. Neste ponto, a Procuradoria-Geral Eleitoral assim se manifestou (fl. 172):

“No que diz respeito à exigência de prévio conhecimento da veiculação da propaganda incriminada, também não prospera a argumentação, à consideração de que o ora recorrente foi notificado acerca da irregularidade e não tomou providências para sua retirada, consoante extrai-se do voto condutor do julgado, no excerto a seguir transcrito [fl. 65]:

‘Neste caso, houve expressa notificação a ambos os candidatos. Notificações pessoais. O argumento que está sendo usado é o de que o partido foi avisado, e então teria que se encarregar de retirar a propaganda. Absolutamente não. Foram notificados, e agora está provado, na tribuna, e também no processo, por que não retiraram. É porque partiram de uma premissa de que a propaganda é regular. Ou seja, o enfrentamento da questão é a questão de fundo. O partido entende que a propaganda é regular e, por isso, está desafiando a ordem para retirar a propaganda (...)’”.

Concordo com o parecer ministerial. O candidato foi devidamente notificado a retirar a propaganda, e não o fez, conforme registrado na decisão atacada. Entendo que, após esta notificação, o candidato não pode mais alegar falta de prévio conhecimento da propaganda. Se não a retirou, assumiu o risco de sofrer a correspondente sanção, sendo inaplicável, portanto, a Súmula nº 17 do TSE.

Não procede, também a alegada ofensa aos arts. 37 e 41 da Lei nº 9.504/97, bem como ao art. 10, § 1º, da Resolução-TSE nº 20.562/2000, e ao art. 5º, II, da Constituição Federal, segundo o argumento de que a Lei Eleitoral não tipifica como infração a propaganda fixada em poste de sinalização de trânsito. Acerca da questão, é pacífico o entendimento de que a permissão de afixação de propaganda em bens públicos é exceção e se restringe às hipóteses previstas no art. 37 da Lei nº 9.504/97. A esse respeito, leio trecho do voto do ilustre Ministro Eduardo Alckmin, no julgamento do Recurso Especial nº 16.107, de 30.9.99:

“(…)”

Alega o recorrente, ao reverso, que as exceções previstas no referido art. 37 hão de ser interpretadas exemplificativamente e que somente é vedada a utilização de meios de propaganda que causem dano aos bens públicos.

Conquanto tenha eu o mesmo ponto de vista do recorrente, restei vencido em julgamento que versou a respeito da colocação de propaganda em árvores. Nesse sentido o acórdão nº 15.645, julgado em 17.11.98, relator o Min. Edson Vidigal. Desde então, a jurisprudência tem sido firme no sentido de que a Lei Eleitoral enumerou exaustivamente as exceções à vedação de se efetuar propaganda em bens públicos e que aplicação de multa não pressupõe necessariamente dano ao bem, basta que a propaganda não atenda às regras legais.

(...)”.

Ademais, na hipótese específica dos autos, a jurisprudência desta Corte consolidou-se no sentido de proibir a fixação de propaganda eleitoral em poste de sinalização de trânsito, ainda que não lhe cause qualquer dano. Cito alguns precedentes:

“Propaganda irregular. Fixação de placa em sinais de trânsito. Violação do art. 37 da Lei nº 9.504/97.

1. A enumeração de ressalvas excludentes de ilicitude do art. 37 da Lei nº 9.504/97 é taxativa e não exemplificativa.

2. A fixação de placa com propaganda eleitoral em sinal de trânsito, por não se encontrar expressamente prevista, é vedada e sujeita às sanções legais.

3. Recurso provido”. (Acórdão nº 16.203, relator Ministro Nelson Jobim, *DJ* de 17.3.2000.);

“Propaganda eleitoral irregular.

A colocação de propaganda em placas de sinalização de trânsito, mesmo que não cause dano, sujeita o infrator ao pagamento da multa prevista no art. 37, § 1º, da Lei nº 9.504/97”. (Acórdão nº 1.573, relator Ministro Eduardo Ribeiro, *DJ* de 29.10.99.)

Por tudo isso, não conheço do recurso especial.

**DJ de 19.10.2001.**

O *Informativo TSE*, elaborado pela Assessoria Especial da Presidência, contém resumos não oficiais de decisões do TSE ainda não publicadas e acórdãos já publicados no *Diário da Justiça*.